

Câmara avalia projetos polêmicos

Luis Antônio/AE—6/3/91

Segurança é reforçada para debates sobre portos e reforma agrária

BRASÍLIA — Todos os acessos às imediações do plenário da Câmara, bem como às suas galerias, começaram a semana com a segurança reforçada, para evitar manifestações e sobretudo agressões — verbais ou físicas — a parlamentares durante as votações de dois projetos “explosivos” que entraram ontem à noite na pauta de deliberação: o da modernização dos portos e o da reforma agrária.

A direção da Câmara receia que portuários, trabalhadores e proprietários rurais se concentrem para exercer pressão sobre os deputados, como tem acontecido sempre que entram em votação proposições que afetam interesses de grandes e poderosas corporações. Isso ocorreu durante a Constituinte, inclusive quando da vota-

ção dos princípios gerais da reforma agrária. No caso, houve mobilização também da União Democrática Ruralista, defensora dos proprietários de terras. Há poucos dias, portuários xingaram e deram empurrões nos deputados governistas que, na Comissão Especial, aprovaram o projeto da modernização dos portos.

Os dois projetos voltarão a figurar na Ordem do Dia da sessão de hoje, para discussão e recebimento de emendas. Ambos estão em regime de urgência. O dos portos chega com novo relator, José Carlos Aleluia (PFL-BA). Apesar de haver acolhido, no seu terceiro substitutivo, as alterações que o governo queria, o relator José Reinaldo (PFL-MA) foi trocado por determinação da lide-

rança do seu partido. Ele estava acertando um acordo, que agora não se sabe como ficará.

O projeto que define os dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária - o que é pequena e média propriedade, insuscetível de desapropriação; o que é propriedade produtiva; e o que é função social da propriedade rural - está consubstanciado num substitutivo do relator Odelmo Leão (PRN-MG), que recebeu 94 emendas na Comissão de Agricultura e não chegou a ser votado. Faltam ainda também o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Dado o caráter urgente, a Mesa deverá designar relatores pelas duas Comissões, para conduzirem as negociações finais e concluírem por um substitutivo.



Momentos decisivos

Plenário da Câmara: deputados querem evitar incidentes na votação de projetos controversos